

**EDcl nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.245.412 - MT
(2011/0043299-7)**

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : COOCAPO - COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE
CANA DE POCONÉ LTDA
ADVOGADO : ADEMIR JOEL CARDOSO - MT003473A
EMBARGADO : ANTONIO MARQUES DO CARMO
ADVOGADOS : ALESSANDRO TARCÍSIO ALMEIDA DA SILVA E OUTRO(S) -
MT004677
ESDRAS SIRIO VILA REAL - MT008364

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ERRO MATERIAL RECONHECIDO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. OMISSÃO INEXISTENTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS PARCIALMENTE.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Cooperativa Agrícola dos Produtores de Cana de Poconé Ltda. - COOCAPO a decisão monocrática assim ementada (e-STJ, fl. 882):

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. OITIVA DO CREDOR. CONTRADITÓRIO. RESPEITADO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA PROVIDOS.

Nas razões dos embargos assevera ter havido erro material na transcrição do acórdão da Quarta Turma embargado. Ademais, requer em razão do provimento dos presente embargos de divergência que resultou na inversão da sucumbência, a fixação de honorários advocatícios sucumbenciais.

Brevemente relatado, decido.

De fato, verifico a existência de erro material na transcrição da ementa constante da referida fl. 713 (e-STJ), cujo teor passa-se a transcrever:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ACÓRDÃO QUE AFASTOU A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO ANTE A AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA PARTE CREDORA PARA IMPULSIONAR O FEITO.

1. "De acordo com precedentes do STJ, a prescrição intercorrente só poderá ser reconhecida no processo executivo se, após a intimação pessoal da parte exequente para dar andamento ao feito, a mesma permanece inerte." (AgRg no AREsp 131.359/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 26/11/2014).
2. Na hipótese, não tendo havido intimação pessoal da parte exequente para dar andamento ao feito, não há falar em prescrição.
3. Agravo regimental a que se nega provimento.

Contudo, no que tange ao pleito de honorários advocatícios sucumbenciais, decorrentes da extinção da execução por acolhimento de prescrição intercorrente, não assiste razão à embargante. Isso porque o princípio da sucumbência não se dissocia do princípio da causalidade, de modo que o executado não pode ser beneficiado com a inércia da parte credora do processo executivo, uma vez que sua inadimplência que dá causa à propositura da demanda.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). ART. 85 DO CPC. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS EM FAVOR DO ADVOGADO DA PARTE EXECUTADA. DESCABIMENTO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. PRECEDENTES DO STJ.

1. Ação de execução de título executivo extrajudicial proposta contra o cliente do advogado que recorre em nome próprio.
2. Controvérsia em torno da possibilidade de condenação da parte exequente ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais no caso de extinção do processo de execução pela prescrição intercorrente.
3. Apesar da dicção do art. 85 do CPC, nem sempre o "vencedor" e o "vencido" são, respectivamente, os únicos sujeitos passíveis de serem credores e devedores de honorários advocatícios sucumbenciais.
4. Há situações em que, mesmo não sucumbindo no plano do direito material, a parte vitoriosa é considerada como geradora das causas que produziram o processo e todas as despesas a ele inerentes.
5. "O princípio da causalidade não se contrapõe ao princípio da sucumbência. Antes, é este um dos elementos norteadores daquele, pois, de ordinário, o sucumbente é considerado responsável pela instauração do processo e, assim, condenado nas despesas

processuais. O princípio da sucumbência, contudo, cede lugar quando, embora vencedora, a parte deu causa à instauração da lide" (REsp 303.597/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/04/2001, REPDJ 25/06/2001, p. 174, DJ 11/06/2001, p. 209).

6. Caso concreto em que a prescrição intercorrente por ausência de localização de bens não afasta o princípio da causalidade em desfavor da parte executada, nem atrai a sucumbência para a parte exequente.

7. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

(REsp n. 1.835.174/MS, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 11/11/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE BENS PENHORÁVEIS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. "Declarada a prescrição intercorrente por ausência de localização de bens, incabível a fixação de verba honorária em favor do executado, eis que, diante dos princípios da efetividade do processo, da boa-fé processual e da cooperação, não pode o devedor se beneficiar do não-cumprimento de sua obrigação" (REsp 1769201/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 20/03/2019).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.793.200/PR, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 27/9/2019)

Com esses fundamentos, acolho parcialmente os embargos de declaração, tão somente para sanar erro material.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator